



Coordenação-Geral de Comunicação Social
Clipping 29/18 - Sexta-feira, 16 de fevereiro

A Crítica

Coluna Sim & Não - 03

Jornal do Comercio

Capa - 04

Coluna Follow-Up Empresarial: Verbas do Amazonas de P&D premissas da nova economia (parte II) - 05

Otimismo esbarra em desconfiança - 06

Governo pode incorporar a Fucapi

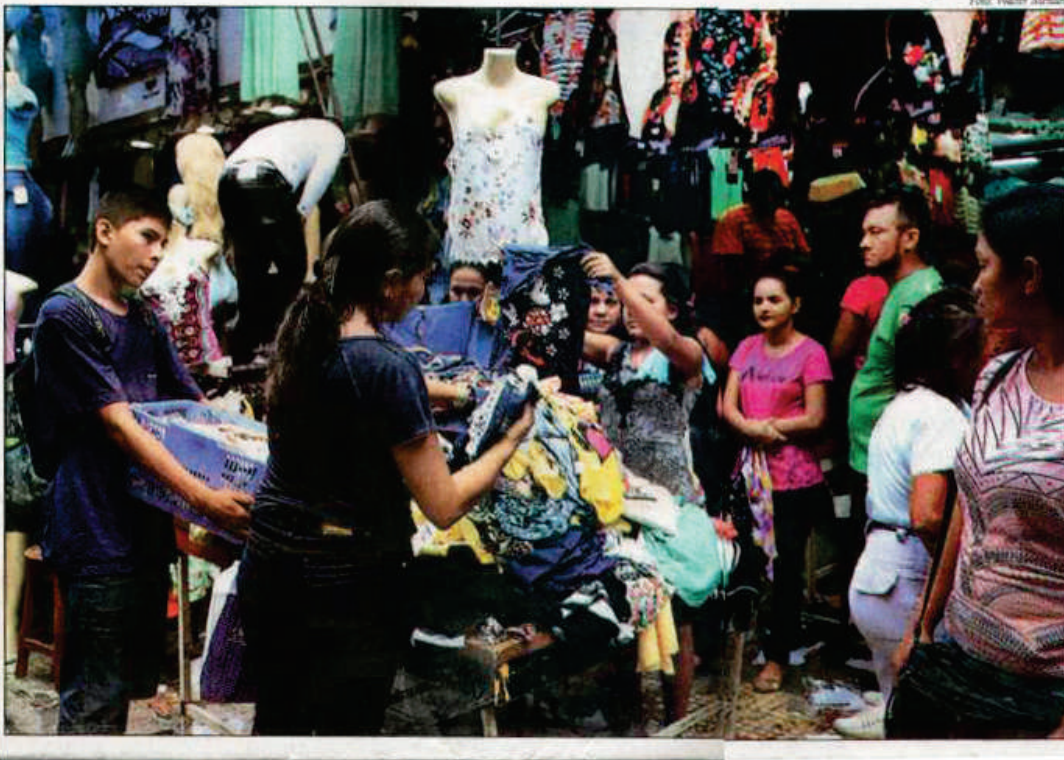
A pedido do governo do Estado, técnicos da Sefaz produzem um estudo, de maneira sigilosa, a fim de embasar uma decisão do Poder Executivo que poderá ser tomada nos próximos dias: a incorporação da Fucapi pelo Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam). A ideia seria ampliar a oferta de vagas na educação profissional do Estado. Com dívidas que chegam a R\$ 100 milhões, a Fucapi está entre pedir falência ou ainda ser extinta por interferência do MPE/AM.

Avaliação 1 Conforme apurou a coluna, os estudos do governo do Estado estão em fase avançada. A análise orçamentária e jurídica feita pelos técnicos da Sefaz leva em conta que 95% da dívida da Fucapi é tributária e trabalhista.

Avaliação 2 No governo, a incorporação da fundação por meio do Cetam é vista como vantajosa porque alinharia a educação profissional às demandas do Polo Industrial de Manaus, mantendo inclusive a infraestrutura dos laboratórios e o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento da Fundação.

Confiança em alta anima varejistas

Foto: Walter Mendes



Seguindo a tendência nacional, o consumidor amazonense também se mantém otimista, mas a projeção de alta expressiva para este ano, esbarra na questão das eleições, o volume de inadimplência e na velha dependência econômica do Amazonas pelo PIM (Polo Industrial de Manaus). Na avaliação do economista Marcus Evangelista, o otimismo dos últimos meses não é representado em números, uma vez que a maioria dos segmentos ligados ao Distrito Industrial ainda estão se recuperando. Ele reforça que a economia local se prende ao PIM e que as fábricas não começaram as contratações em massa. "Houve muitas demissões nos últimos três anos no polo e as poucas admissões são modestas frente a 2014, por exemplo.

Página A5



Follow-Up EMPRESARIAL

EDITOR RESPONSÁVEL
ALFREDO MR LOPES*

Entrevista com Marcelo Pereira, Doutor em Desenvolvimento Regional, e Superintendente Adjunto de Planejamento da Suframa

Pesquisa, desenvolvimento e inovação: as novas matrizes econômicas estão chegando. Em dezembro, após assegurar as condições efetivas de recuperação das verbas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, P&D&I, o superintendente adjunto de Planejamento da Suframa, Marcelo Pereira, recebeu a Follow Up para uma conversa. Esta é a Parte II. Confira.

Follow Up – Estamos vivendo um novo momento da contrapartida fiscal da ZFM para os próximos 50 Anos?

Marcelo Pereira – Passamos meio século ensaiando a diversificação desta ousadia que é investir em desenvolvimento econômico e industrial no coração da maior floresta tropical do planeta, onde convivemos com uma fortuna de conhecimento a ser desvendado e de riquezas naturais que precisamos mensurar. Em 50 anos tivemos acertos extraordinários e um deles foi o de manter esta floresta exuberante. Agora, temos de demonstrar que é viável manejar com inteligência este bioma, protegê-lo e levar benefícios para nossa gente.

FUp – E quais são os passos dessa trama?

MP – Dezenas de empresas de prospecção de biomoléculas para utilização das mais variadas formas nos procuram interessadas nas pesquisas do Centro de Biotecnologia da Amazonia; Ingleses já estiveram aqui e agregaram 60% de

valor a sua economia com a seringueira. O mundo está a procura do famoso “Curauá”, que afirmam muitas pesquisas ser mais resistente que fibra de vidro após processado, imagina a carenagem de uma carro de Formula 1 construída com curauá. Nós queremos e tenho certeza que a própria Fórmula 1 gostaria de agregar sua marca à Amazônia; a ciência dos alimentos amazônicos têm demanda em todo o mundo; nosso Jaraqui e seu potencial de ômega 3.

FUp – E quais são os gargalos desta nova diversificação econômica?

MP – Ora, além de termos o modal fluvial menos oneroso para o escoamento de quaisquer tipo de produção em escala – o Reino Unido viabilizou seus negócios com uma estrutura de cabotagem adequada às condições amazônicas – temos energia solar em abundância e capacidade tecnológica para adequar os satélites parados sobre a Amazônia para baratear a comunicação digital. O que falta é a vontade política e mobilização de investidores para o sonho se tornar realidade. De resto, nada mais que a segurança jurídica e que os governos dos estados, a Suframa e o MDIC acertem uma agenda comum para os próximos 50 anos. Posso garantir que isso não é uma receita de bolo, mas se colocado em prática nos veremos em 2027 como líderes em estudos, patentes e em mercado da bioindustrial!

FUp – A lição, então, já sabemos de cor. Só nos resta...

MP – Somos muito demandados quando o assunto

é produto da floresta, e a MP 810/2017 vem incorporar isso ao normativo da Lei de Informática. Diria ser este um dos mais substantivos avanços. A propósito, no ano de 2016, o Gerente de Novos Negócios do MDIC, o senhor Rafael Moreira, esteve numa feira de bioindústria na Espanha, e os investidores que participaram daquele evento, quase todos de nacionalidades diversas da brasileira – ao falar com o representante do MDIC sempre perguntavam sobre as potencialidades da Amazônia. Nossa fama é antiga, remonta séculos, mas a fama de que não aproveitamos as nossas potencialidades também é grande. Quantos “especialistas” não saem com amostras de nossa flora e fauna? O que nos parece abundante é o que falta à outras nações. Temos muito verde e não podemos olhar para as florestas apenas como “verde natureza”. Numa regra econômica simples, quanto maior a demanda, e oferta reduzida, a propensão a pagar mais por certo produto também se eleva e os ganhos de escala também. A sustentabilidade não impera que as populações sejam miseráveis por não poderem utilizar os recursos naturais, pelo contrário, precisamos encontrar formas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas para a utilização da natureza em prol do melhor benefício das populações amazônicas. Observe quantos milhões de reais os governos gastam para promover a prevenção do HPV, o principal responsável pelo câncer de colo de útero? Você sabia que um instituto amapaense desenvolveu um creme

vaginal a base de produtos da floresta que combate esse vírus? O que nos falta é pensar políticas de regulamentação dos investimentos para regar projetos como esses, já listados nessa entrevista, em busca de uma produção em escala e que atenda aos interesses do mercado também. Portanto, o potencial está posto e basta sabermos explorar de forma sustentável. Observe que a atividade econômica oriunda desses investimentos tende a aumentar as receitas do Estado, o nível de emprego, o grau de tecnologia e a consciência da sociedade.

FUp – com essa revisão na Lei de Informática: podemos esperar, então, academia, economia e diversificação como a nova equação da ZFM?

MP – Gostaria de ressaltar que estamos tratando de Lei Gêmea, ou seja, existe uma Lei similar que atende os demais estados da federação que não estão abrangidos pelo Modelo Zona Franca de Manaus. Enquanto aqui falamos em Lei de Informática da Zona Franca de Manaus (LI-ZFM, Lei 8.387/91), no restante do país a lei que os atende é a Lei de Informática Nacional (LI-Nacional, Lei 8.248/91). Então, o mesmo universo que aqui se abre, também inaugura por lá.

Quem for mais competente, certamente será mais eficiente em sua política de investimentos. É bom que fique claro, também, que os recursos não são da SUFRAMA, e a autarquia muito menos pode definir onde as empresas devem investir. A Suframa é, na verdade, a instituição fiscalizadora dos investimentos. As empresas injetam no que

chamamos de “ecossistema de P,D&I” a média de R\$ 500 milhões/ano. Mas a pergunta que sempre é feita: onde as empresas investem? Elas podem investir em: Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs), públicos e privados sem fins lucrativos; no Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia (FN-DCT) e nos Programas Prioritários (PPIs) instituídos pelo Comitê de Análise das Pesquisas e Desenvolvimento na Amazônia (CAPDA). A legislação prevê que as empresas beneficiárias desta lei sejam isentas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e redução de Imposto de Importação (II). Os 5% de obrigação estão divididos da seguinte forma: a) No máximo 2,7% na modalidade interna, ou seja, em projetos diretamente ligados às atividades de interesse da empresa; e b) No mínimo 2,3% na modalidade externa, ou seja, no ecossistema de P&D. Essa legislação, por exemplo, possibilita que as empresas invistam na descoberta de produtos e processos inovadores que ajudam a tornar a produção nacional mais competitiva, em termos de tecnologia. Após contextualizar a Lei 8.387/91, agora é importante salientar o que a MP 810/2017 trouxe de novo.

FUp – E quais são as novas pistas da Lei?

MP – O primeiro ponto de alteração foi a inclusão do estado do Amapá entre os beneficiários da LI-ZFM. Quando tratamos desse ponto, normalmente os amazonenses dizem que permitimos que os incentivos do Polo Industrial sejam levados para outros estados. Mas não é bem isso. O

estado do Amapá já faz parte da ZFM desde o ano de 1991, justamente foi trazido para o modelo por meio da Lei de Informática. Assim, o estado do Amapá ganha o direito de poder receber recursos para desenvolver projetos tecnológicos de interesse da Amazônia e do mundo, entre eles a Bioeconomia; E o segundo ponto a ser apresentado é a possibilidade de investimento em empresas nascentes de base tecnológica (startups), com sede ou atividade principal na Amazônia Ocidental ou no Estado do Amapá.

Observe que antes dessa mudança, as empresas não poderiam investir nessa modalidade de inovação sob pena de ter os recursos investidos glosados pela Suframa por falta de amparo legal. Para ser uma ideia, algumas das maiores inovações do mundo contemporâneo nascem das startups: whatsapp, facebook, Uber, etc. Isto é, a partir de agora ideias inovadoras podem ser financiadas;

Finalmente, a obrigação da empresa apresentar relatório consolidado e parecer conclusivo acerca dos Relatórios Demonstrativos (ORD) é como se fosse a declaração de imposto de renda do investimento em P&D&I, elaborados por auditoria independente. Isso significa que os técnicos da Suframa deixarão de priorizar o batimento de notas fiscais apresentadas pelas empresas e passarão a acompanhar a execução do Plano de P&D das empresas beneficiárias, garantindo que os recursos sejam efetivamente investidos (não que não fosse) e reduza os riscos de glosas, punições frequentemente injustas.

*esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do CIEAM. Editor responsável: Alfredo MR Lopes. cieam@cieam.com.br

Dependência do PIM e eleições podem inibir confiança do consumidor amazonense em 2018

Otimismo esbarra em desconfiança

HELLEN MIRANDA
hmiranda@cam.com.br

A expectativa dos brasileiros em relação à melhoria da economia do país avançou 4% os últimos 12 meses, segundo o ICC (Indicador de Confiança do Consumidor) apurado pelo SPC Brasil (Serviço de Proteção ao Crédito) e pela CNDL (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas). Seguindo a tendência nacional, o consumidor amazonense também se mantém otimista, mas a projeção de alta expressiva para este ano, esbarra na questão das eleições, o volume de inadimplência e na velha dependência

O Indicador de Confiança do Consumidor brasileiro avançou 4% nos últimos 12 meses, segundo SPC Brasil

econômica da Amazonas pelo PIM (Polo Industrial de Manaus).

Na avaliação do economista Marcus Evangelista, o otimismo dos últimos meses não é representado em números, uma vez que a maioria dos segmentos ligados ao Distrito Industrial ainda estão se recuperando. Ele reforça que a economia local se prende ao PIM e que as fábricas

não começaram as contratações em massa. "Houve muitas demissões nos últimos três anos no polo e as poucas admissões são modestas frente a 2014, por exemplo. Mas alguns segmentos devem crescer neste ano sim, como o de TV que abrirá vagas no setor", disse.

Evangelista defende que o resgate da confiança do consumidor é o que vai ajudar a recuperar a atividade econômica, no entanto, é necessário o aumento

de vagas de emprego e ganhos reais de renda, depois de um longo período de queda. "Isso não vai acontecer do dia para noite, mas de uma maneira geral o cenário para 2018 já deve ser refletido em números", prevê.

Segundo o especialista, a redução da taxa Selic é apontada como um dos principais indicadores para a boa expectativa, pois permite uma maior facilidade na hora de financiar um imóvel ou carro. "Por outro lado, os bancos estão mais criteriosos para habilitar financiamentos porque ainda existe um volume alto de consumidores inadimplentes", destaca



Percepção de melhora nas finanças pessoais leva mais consumidores às compras

Evangelista.

Distância encarece produtos

Entre os itens que mais têm pesado no orçamento doméstico da população brasileira, estão os preços dos combustíveis, das contas de luz e as compras de alimentos em supermercados. "O Amazonas sofre dessa realidade, uma vez que não produzimos quase nada do que consumimos e com isso pagamos frete, o que reflete nos altos

preços dos produtos", frisa o economista.

Eleições devem frear alta

Na percepção do vice-presidente da Fecomércio-AM (Federação do Comércio do Amazonas), Aderson Frota, o país já superou a crise e a tendência é melhorar. Mas pondera ao comentar que apesar do crédito estar mais barato no processo de vendas, o volume de desemprego ainda é alto, o que inibe

o consumo.

Para o empresário, o fato de ser ano de eleições políticas também deve atrapalhar a projeção de alta expressiva no Estado, que segundo ele, deve atingir em torno de 3%. "É complicado porque em ano de eleição tudo é paralisado e como sabemos a política reflete diretamente na economia brasileira".

Frota relembra que a região foi a última do país a sentir os efeitos da crise, e por consequen-

cia, é a última a sair dela. "Em 2015 ela chegou aqui, foi quando houve as demissões no PIM, comércio e construção civil. Hoje está mais branda, alguns setores estão reagindo, exceto o último que ainda não deu sinal", avalia.

Ainda ressaltando os bons índices, o vice-presidente diz que o setor comercial apontou melhora em 2017 na comparação com o ano anterior e cita o bom desempenho nos segmentos de alimentos, eletroeletrônicos, calçados e vestuários.

Expectativa nacional

De acordo com a pesquisa do SPC Brasil e CNDL, entre janeiro de 2017 e o mesmo mês deste ano, o índice de melhora da economia passou de 41,9 pontos para 43,6 pontos. Alta de 4% no período. Já para os próximos seis meses, 59% dos entrevistados demonstraram expectativa de melhora de sua condição financeira; 21% das pessoas estão comprando mais, e 20% acreditam que o desemprego está caindo.

Ainda prevalecem avaliações de cenário ruim, classificação feita por 78% dos sondados, quanto ao atual momento econômico. Desses, 59% acham que a economia está ruim por causa do desemprego. Para os próximos seis meses, 24% demonstraram otimismo na situação econômica do país; 39% projetam pessimismo e 33% não têm avaliação a respeito.